



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A POBREZA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: particularidades no cenário da realidade brasileira

POVERTY AS AN EXPRESSION OF THE SOCIAL ISSUE: particularities in the Brazilian
reality scenario

Ariele França de Melo¹

Maria Tereza Martins de Sousa²

Jéssica Katariny Oliveira da Silva³

RESUMO

A pobreza é um fenômeno presente ao longo da história da humanidade, mas que adquire um sentido diferente a partir da constituição da propriedade privada, já que anterior a ela, a escassez se dava em virtude do pouco desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, compreendemos que nas sociedades capitalistas, em especial na realidade brasileira, cada vez mais tem-se observado uma crescente agudização das expressões da *questão social* na contemporaneidade, dentre elas a pobreza, o que reflete nas péssimas condições de existência na vida de milhares de trabalhadores/as que têm seus direitos diariamente negados ou atendidos de forma parcial e/ou pontual. Portanto, o objetivo desse trabalho é refletir, de forma crítica, acerca da intensificação da pobreza no Brasil a partir do avanço do neoliberalismo e de suas estratégias, que possuem a finalidade de perpetuarem a dominação e estabilidade econômica dentro do capitalismo.

Palavras-Chaves: Pobreza; Questão Social; Realidade Brasileira; Modo de Produção Capitalista; Neoliberalismo.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pós Graduanda em Trabalho Social com Famílias e Comunidades pela Universidade Candido Mendes. E-mail: arieless.19@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: tthereza16@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pós Graduanda em Trabalho Social com Famílias e Comunidades pela Universidade Candido Mendes. E-mail: katarinyjessica@gmail.com

ABSTRACT

Poverty has long been a phenomenon present in the human history, but acquires a different meaning because of private property constitution, as before, the scarcity happened because of the few development of productive forces. In this way, we understand that in the capitalist societies, especially the Brazilian reality, there has been an increasing sharpening of the expressions of the Social Issue currently, with poverty among them, that reflects on the worth condition of existence in thousands of workers' life that has their rights denied daily or partially met. Therefore, this article aims to reflect, critically, around the intensification of the poverty from the advancement of the neoliberalism and their strategies, with a goal of perpetuate the economical domination and stability in the capitalism.

Keywords: Poverty, Social Question, Brazilian Reality, Capitalism Production Mode, Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Ao situarmos a pobreza, precisamos enfatizá-la como uma categoria multidimensional, que está para além de não somente acesso a renda, mas também a serviços, bens e oportunidades. Historicamente a pobreza sempre existiu no mundo, no entanto hoje ela é funcional ao modo de produção capitalista. Assim, a pobreza dentro da lógica capitalista se constitui como parte da *questão social*, sendo uma de suas expressões, isto é, não está mais associada à escassez de recursos, mas sim à produção e acumulação de riquezas.

De acordo com Yasbek (2010), “a pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza pelo não acesso a bens, mas é categoria política, que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, informações, de possibilidades e de esperança”. Segundo Amartya Sen (2000) devemos caracterizar a pobreza não apenas como baixo nível de renda, mas como privações das capacidades básicas, o que envolve acesso a bens e serviços. Para ele, o desenvolvimento seria o resultado não apenas do crescimento econômico, “mas na eliminação das privações de liberdade e na criação de oportunidades” (SEN, 2000, p. 10).

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos, serviços sociais, ao lado de outros componentes complementares de sobrevivência, precisam ser considerados para definir situações de

pobreza. Aqui é preciso identificar quais são, destacamos o não acesso à educação, em especial ao ensino superior, ao meio político ou a participação na política, o não acesso à cultura (museu, cinema, arte, dança música e todas as expressões culturais humanas), ao lazer, dentre tantos, as privações de liberdades e de escolhas.

Assim, analisaremos a pobreza como uma expressão da *questão social* intensificada na realidade brasileira, de modo que possamos compreender esta a partir de uma visão mais ampla e crítica, isto é, não apenas em seus aspectos puramente econômicos. A partir disso, pretendemos situar pobreza inclusive como o não acesso da população a própria democracia. Para tanto, os procedimentos metodológicos utilizados na construção desse trabalho se deram a partir de pesquisa bibliográfica e documental.

Dessa forma, essas discussões serão desenvolvidas no item 2 denominado pobreza e acumulação capitalista no Brasil, no qual serão divididas nos subitens 2.1 conceituando a categoria pobreza e no 2.2 a pobreza como expressão da *questão social*.

2 POBREZA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

2.1 Conceituando a categoria pobreza

Entendemos que a categoria pobreza é um fenômeno presente ao longo da história da humanidade, mas que adquire um sentido diferente a partir da constituição da propriedade privada, já que anterior a ela, a escassez se dava em virtude do pouco desenvolvimento das forças produtivas.

Nos baseando essencialmente em Siqueira (2013), trataremos algumas das principais interpretações teóricas sobre pobreza. Para esta autora, na visão “darwinista”, ou como também podemos chamá-la, de positivista, a pobreza tem suas causas a partir de dois fatores imutáveis: primeiro ela seria considerada um fenômeno natural e inevitável, e depois, como uma consequência direta do aumento da natalidade em períodos de escassez. Portanto, se aqui suas causas são explicadas pela naturalização das desigualdades o seu enfrentamento não seria diferente, já que as principais respostas encontradas no “darwinismo” estão concentradas tanto na caridade e na filantropia, como no controle da natalidade (SIQUEIRA, 2013).

Continuando nesse pensamento positivista, entretanto concentrando mais na questão da pobreza como uma “disfunção”, tem-se com mais intensidade a autorresponsabilização e culpabilização dos indivíduos, ou seja, a pobreza seria uma espécie de escolha pessoal para os mais preguiçosos que não querem, por suas próprias mãos, transformarem suas vidas. Como enfrentamento, a pobreza aqui é respondida a partir do ajustamento e higienização social, da “autoajuda e da religião”, sendo combatida mediante sua criminalização (SIQUEIRA, 2013).

Cabe, inclusive, situar a forma como a Igreja Católica tratou a pobreza e seu enfrentamento, com a instituição da encíclica *Rerum Novarum* (Das coisas novas ou sobre as condições dos operários - 1891), escrita pelo Papa Leão XIII, como resposta ao Manifesto do Partido Comunista. Tal encíclica, tinha como papel esvaziar a luta de classes, combater o comunismo e defender a propriedade privada, sistematizando a doutrina social da Igreja por meio da moralização das relações de produção, apelo à justiça e a caridade, “em lugar da igualdade comunista, a igualdade na pobreza”. De acordo com trechos desse documento, o próprio Papa Leão XIII (1891) afirma que

[...] o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível” [...] na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”.

Já no campo do liberalismo, como tradição que legitima a dominação burguesa, a pobreza continua sendo associada aos ideais positivistas/funcionalistas, na qual os sujeitos são os únicos responsáveis pelos rumos de suas vidas. Pois, “desta corrente de pensamentos [...] remete o conceito de indivíduo e de individualismo”, fazendo gerar “a liberdade do indivíduo e suas propriedades como de valor superior aos interesses coletivos” (SIQUEIRA, 2013, p. 32). Assim, riqueza e pobreza estariam sempre relacionadas à liberdade, “onde as propriedades de um e as carências de outros não seriam outra coisa que o resultado das livres transações entre indivíduos com capacidades e esforços diferentes” (SIQUEIRA, 2013, p. 32). Desta forma, nas análises de Siqueira (2013) sobre a compreensão de Adam Smith a riqueza seria o legítimo resultado do trabalho ao se produzir mais do que precisa e acumular o excedente e a pobreza como a incapacidade de produzir mais do que necessita.

De outra parte, na tradição marxista, a pobreza é tratada como produto central do capitalismo, sendo necessária para a manutenção deste. Antes, sobretudo, é fundamental entendermos que Marx conduziu seus estudos a partir de uma perspectiva de totalidade dentro da sociedade capitalista, pois compreendia ser esta o espaço em que a pobreza e a riqueza são determinadas e particulares, na qual a prioridade não é o bem-estar social, mas o econômico. Isto posto, para fins deste trabalho, adotaremos o conceito de pobreza conforme nos apresenta Marx, que interpretado por Siqueira (2013, p. 163) aponta que, “a pobreza não é um aspecto marginal, ou problema colateral do desenvolvimento capitalista, mas representa, um momento central e fundante de acumulação capitalista”, que para ser enfrentada, é necessário que haja primeiro a superação desse sistema. Portanto, de uma forma mais crítica, pretendemos fugir dos pensamentos teóricos que naturalizam e marginalizam a pobreza, suas determinações e enfrentamentos.

2.2 A pobreza como expressão da *Questão Social*

Nas sociedades capitalistas, cada vez mais tem-se observado uma crescente agudização das expressões da *questão social* na contemporaneidade, dentre elas a pobreza. Com o avanço do neoliberalismo e de suas estratégias, que possuem a finalidade de perpetuarem a dominação e estabilidade econômica dentro do capitalismo, percebemos que a negligência com a dignidade humana vem se tornando cada vez mais presente na realidade de milhares de trabalhadores/as que têm seus direitos diariamente negados ou atendidos de forma parcial e/ou pontual.

A *questão social*, segundo Netto (2007, p. 136) é o “espaço em que a desigualdade se expressa com evidência flagrante e do qual se irradiam as problemáticas centrais o que passa a ser chamado de refrações da *questão social*”. Para os termos histórico-conceituais, de acordo com Mota (2010, p. 35) “essa expressão foi utilizada para designar o processo de politização da desigualdade inerente à constituição da sociedade burguesa”, portanto, essas refrações são particulares do capitalismo, pois são resultados da prioridade econômica estabelecida nesse sistema e que, conseqüentemente, menospreza os fatores sociais.

Na realidade brasileira esse cenário de pobreza⁴ e extremos sociais vem se agravando ao longo dos últimos anos, contudo, ainda que passe a ter “maior visibilidade [...], é percebida apenas como déficit de renda, sem que sejam consideradas as determinações estruturais geradoras da pobreza estrutural e da desigualdade social” (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011, p. 227). Em virtude disso, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o número de pobres no país até o ano de 2017 era de aproximadamente 54,8 milhões de pessoas, ou seja, “a proporção da população em situação de pobreza era de 26,5%⁵”. Indo mais adiante, não podemos deixar de enfatizar que a pobreza brasileira também está associada ao elemento de raça/etnia, logo, a pobreza tem cor no Brasil, o que pode ser constatado nos dados de 2018 do IBGE⁶ que trazem as pessoas pretas e pardas como sendo maioria no país, mas que encontram-se entre as que mais são vítimas de violência e homicídio, que mais vivem em domicílios insalubres, que são a maioria entre os desempregados, que possuem menos acesso e permanência à educação, principalmente a de nível superior, e conseqüentemente são as que possuem menor rendimento econômico.

Assim, podemos constatar que a realidade da sociedade brasileira é permeada por descasos com a dignidade humana, já que, por exemplo, em pleno século XXI, ainda que exista grandes investimentos e avanços tecnológicos, pessoas continuam morrendo diariamente por não possuírem meios suficientes para se alimentarem.

De acordo com Maranhão (2010, p. 93) “esse mesmo sistema, que ampliou sem precedentes a técnica, a ciência e a riqueza, tem se deparado, em escala ascendente, com um crescimento exponencial da desigualdade social, da pobreza e da miséria”. Portanto, para o capitalismo tudo necessita funcionar com o objetivo de produzir e acumular capital a fim de que, ao final desse processo, sejam gerados lucros que só serão obtidos a partir da exploração da força de trabalho.

⁴Em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza” Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em 23 mar. de 2020.

⁵Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em 25 ago. de 2019.

⁶Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>. Acesso em 16 dez. de 2019.

Antes de tudo, é necessário enfatizar que trabalho é considerado como uma categoria fundante para a vivência e sobrevivência humana, como sendo “um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2011, p. 216). Logo, essa interação, é fundamental para o desenvolvimento humano dentro das sociedades, pois é a partir dessa troca com a natureza que os homens, enquanto seres sociais, se utilizam da sua capacidade teleológica⁷ para se desenvolverem, se transformarem e se evoluírem ao longo das décadas.

Entretanto, no capitalismo o trabalho aparece de forma estranhada, já que os trabalhadores/as foram expulsos da terra e transformados em trabalhadores assalariados. Assim, quem domina economicamente compra força de trabalho para produzir e quem não possui meios de produção necessita vender a força de trabalho para poder ter condições de sobreviver. Conforme Siqueira (2013), a principal particularidade desse modo de produção se dá pelas relações sociais de trabalho, nas quais existe a intensa exploração da força de trabalho e pelo fato do trabalhador ser separado dos meios de produção.

Esse aspecto, no capitalismo, se caracteriza como sendo à base de sua elementar contradição, esta que Marx vai caracterizar como contradição “Capital *versus* Trabalho”. Dessa forma, “quanto mais trabalhamos, mais o capital prospera” (MARX, 2017, p. 67), pois o trabalho, para o trabalhador, passa a ser uma atividade laboral em que este desempenha o dispêndio de se suas energias físicas em uma determinada jornada de trabalho, na qual não é dono dos meios de produção e recebe apenas um salário determinado pelo seu empregador, porém não correspondente ao total de horas em que esteve produzindo.

Segundo Maranhão (2010, p. 100) “Essa dinâmica negativa do capital de empobrecer os trabalhadores diante da riqueza social que eles mesmos produzem é uma das características fundamentais do modo de produção capitalista”, e assim, podemos sintetizar destacando que a maior parte do que é adquirido fica concentrado nas mãos dos capitalistas, uma grande parcela denominada de *mais valia* (MARX, 2011),

⁷ “A teleologia é um ato de consciência, existente exclusivamente no trabalho ou mesmo na práxis humana em geral, descoberta realizada por Marx e expressa em sua famosa análise da diferença entre a atividade da abelha e do arquiteto” (ALCÂNTARA, 2014, p.39 – 40).

que nas palavras desse mesmo autor pode ser compreendida como “a transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma” (MARX, 2011, p. 74).

Desta forma, essa lógica capitalista que funciona em torno da produção e acumulação do capital, acaba gerando uma intensa e acentuada desigualdade social, envolvendo consigo duas classes sociais distintas, capitalistas e trabalhadores, que personificam as duas categorias fundantes, “Capital *versus* Trabalho”, e todo o antagonismo que as cercam (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008).

Pelo lado do trabalhador, sua reprodução física e espiritual está submetida às limitadas circunstâncias de reprodução do capital. Apenas no momento em que este vende sua força de trabalho e recebe seu salário é que terá condições de se reproduzir enquanto indivíduo social e desenvolver suas potencialidades criativas. O capital, por sua vez, objetiva, com a compra de força de trabalho, produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga ao trabalhador e cuja venda realiza a mais-valia obtida gratuitamente (MARANHÃO, 2010, p. 100).

A pobreza no capitalismo possui características próprias, como nos apresenta Mota (2012) ao nos dizer que em outros regimes econômicos esta estava associada à escassez, mas na lógica capitalista está vinculada à uma abundância de recursos que se fossem distribuídos de forma igualitária seriam suficientes para atender às necessidades básicas de toda a população. Em virtude disso, é que a pobreza dentro do capital se consolida como uma das expressões da *questão social* mais inerente e gritante desse modo de produção, pelo fato desta abranger inúmeras outras, como o desemprego, subemprego, empregos informais, parciais, *uberizados*, criminalidade, violências e a fome, interferindo diretamente na vida da classe trabalhadora.

Segundo Siqueira (2013) a pobreza jamais deveria ser analisada separadamente da riqueza no capitalismo, pois são opostos fundantes contraditórios desse sistema, que constituem o antagonismo entre classes e se reflete nas inúmeras problemáticas sociais geradas nesse processo, resultando a concentração de capital nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto distribui pobreza para milhões.

No atual estágio do capitalismo, identificado como a fase do novo imperialismo, que se destaca como a estratégia de superação formulada, principalmente, para o

enfrentamento da crise econômica mundial na década de 1970, momento em que houve uma interrupção no processo de industrialização, em decorrência dos entraves no sistema monetário internacional e dos choques petrolíferos que modificaram completamente a oferta e a demanda por petróleo. De acordo com Castelo, Ribeiro e Lima (2018, p. 284) “a acumulação capitalista no novo imperialismo apresenta características inéditas ao lado das mesmas já evidenciadas em outros períodos históricos”.

Nesse contexto de ascensão e monopolização do capital financeiro por todo o mundo, surge uma era de nova dominação e exploração de forma mais acentuada dos países desenvolvidos sobre os países pobres e/ou em desenvolvimento. Um processo que deu continuidade às estratégias de superação da crise, de forma que “o capital necessitou se transformar de alto a baixo seu modo de produção e reprodução, expandido cada vez mais o seu domínio para todos os espaços do globo” (MARANHÃO, 2010, p. 116).

Portanto, é com este imperialismo que se tem o grande avanço da ofensiva neoliberal, que pretende fazer com que o Estado interfira o mínimo possível no mercado, servindo de forma a legitimar somente a ordem burguesa. Conforme Castelo, Ribeiro e Lima (2018, p. 274) o Estado “é tido com uma peça-chave não só na gênese e consolidação do capitalismo, mas no combate à queda da taxa de lucro, na dinâmica da acumulação capitalista e no controle social da força de trabalho”, passando a destinar incentivos que possuem ênfase especial nas privatizações de serviços essenciais como saúde, educação e previdência social, bem como acelerando o processo de intensificação de precarização das condições trabalhistas e a precarização dos postos de trabalho (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

No Brasil, a realidade permanece associada à de um país colonizado, como foi e é ao longo da sua história, conforme nos explica as autoras Behring e Boschetti (2011, p. 72)

O processo de colonização entre os séculos XVI e XIX, na sua interpretação, serviu à acumulação originária de capital nos países centrais. Os períodos, imperial e da república, não alteram significativamente essa tendência de subordinação e de dependência ao mercado mundial, embora se modifiquem historicamente as condições dessa relação.

Assim, com o aprofundamento mundial deste imperialismo, esta *pátria* continua sendo considerada periférica, além de ainda possuir algumas características básicas de uma colônia, pois não somente continua vendendo ou trocando de forma barateada recursos naturais, matérias-primas e força de trabalho para os países que dominam a economia mundial, a ciência e a tecnologia, como também progride e permanece oferecendo miséria, fome e pobreza para seu povo. Ademais, permanece os traços de economia agroexportadora fundada no latifúndio.

Atualmente, um dos maiores motivos para o agravamento da pobreza no Brasil se dá, inclusive, pelo aumento alarmante do número de pessoas desempregadas, como nos afirma Maranhão (2010, p. 94) “[...] o tempo médio de procura por trabalho tem crescido ano a ano”, E, de acordo com o IBGE, no segundo trimestre de 2019, o número de pessoas desempregadas ou que se encontram em precárias condições de trabalho, além das que desistiram de procurar emprego, era de 28,4 milhões⁸. É importante destacar, contudo, que o desemprego sempre se constituiu como uma refração da *questão social* presente dentro do capital e que, imprescindivelmente, “não há capitalismo sem desemprego, suas taxas podem variar, e historicamente têm variado, mas não foi inventado, até o momento, capitalismo sem desempregados” (MOTA, 2010, p. 38).

Aqui a pobreza possui “uma dimensão econômica que se manifesta na carência (enquanto ausência ou enquanto necessidade) de bens e serviços fundamentais ou básicos para a subsistência humana” (SIQUEIRA, 2013, p. 233), mediante esse quadro, cenas de pessoas vivendo sem acesso à água potável, saneamento básico, alimentação segura e adequada, educação e saúde pública de qualidade são retratadas na vida de milhares de brasileiros que lutam batalhas diárias para garantirem não somente sua sobrevivência, mas também a de suas famílias.

Em meio a esse cenário, é válido destacar que *questão social* não é meramente o conjunto de desigualdades sociais, mas é também rebeldia, que conforme Iamamoto (2015, p. 28) se dá pelo fato de “envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem”. Nas palavras de Maranhão (2010, p. 114) “Os trabalhadores

⁸Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25093-desemprego-recua-para-12-mas-populacao-subocupada-e-a-maior-desde-2012>. Acesso em 25 ago. de 2019.

podem erguer barreiras políticas e sociais que impeçam a degradação absoluta do salário e até mesmo às condições deploráveis da população excedente”. Assim, é possível perceber a rebeldia dos trabalhadores desde o seu cotidiano, no qual formulam micro estratégias para enfrentarem a pobreza na qual estão submetidos, como também nas lutas e os movimentos da sociedade em prol de melhorias e qualidade de vida para a classe trabalhadora.

A partir disso, retificamos que é somente no momento em que os trabalhadores se reconhecem não somente enquanto classe explorada, mas também como a classe social responsável pela geração das grandes riquezas dos capitalistas é que eles se organizam coletivamente com a intenção de lutarem objetivando “emancipação humana, socialização de riquezas e a instituição de uma sociabilidade não capitalista” (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 63). Como consequência desse reconhecimento de classe, é que se aprofunda o debate para uma maior atenção para políticas sociais públicas que garantisse o mínimo de condições de vida e trabalho para os trabalhadores dentro do capitalismo, enquanto uma política civilizatória.

Entretanto, em nível mundial, não podemos esquecer que cada avanço e conquista social é produto exclusivamente da mobilização e da organização dos trabalhadores. É somente a partir disso que houve, ao menos, a possibilidade de existir mudanças, positivas, ainda que limitadas, para aqueles que não são donos dos meios de produção dentro do capital (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

Contudo, se faz necessário frisar que, o capital, sempre se reinventando, nunca teve a pretensão de perder a sua dominação econômica e ideológica, e por isso, diante da capacidade de organização da classe trabalhadora, a burguesia, segundo Mota (2012 p. 28), permitiu que “incorporassem reformas sociais e criasse formas de enfrentamento das diversas manifestações da *questão social*, por meio de políticas sociais setoriais”, pois, ainda de acordo com essa autora, nos marcos do capital vigente, manter as refrações da *questão social*, é manter intocável “a propriedade privada e a exploração do trabalho alheio” (MOTA, 2012, p. 28).

Neste ínterim, é possível compreendermos então que, nada de melhorias que venham a existir para a vida da classe dos trabalhadores é concebida ou atendida pelos capitalistas em atos de bondade e/ou generosidade, pois estes sempre vão se aproveitar

para utilizarem estratégias que não somente sejam utilizadas para preservar este sistema, como também, de forma ideológica, tenham a intenção de convencer a todos de que no capitalismo existe espaços e oportunidades iguais. Todavia, sabemos que nesse modo de produção a única pretensão daqueles que dominam é a de dar respostas e soluções que enfrentem a pobreza e as demais refrações da *questão social* de forma imediata e focalizada, isto é, em um contexto que não considera como opções a revolução e a superação desse sistema (MOTA, 2012).

3 CONCLUSÃO

A elaboração deste trabalho nos possibilitou uma reflexão acerca da pobreza como uma expressão da *questão social* inerente do modo de produção capitalista, que em muitas vezes é entendida apenas como déficit de renda, visualizada de forma marginalizada e naturalizada e tendo o seu enfrentamento com ações limitadas e fragmentadas. Assim, é possível compreendermos que, enquanto existir capitalismo consequentemente vai existir pobreza.

Neste íterim, tivemos a oportunidade de aprofundar as nossas análises na realidade do cenário brasileiro, no qual observamos que é um país periférico e com intenso agravamento da pobreza e suas mazelas que interferem cotidianamente, de forma negativa, na vida de milhares de trabalhadores/as que se encontram em péssimas condições de moradia, de desemprego e sem condições de terem acesso aos mínimos que caracterizam a sobrevivência e dignidade humana, como a falta de alimentação adequada.

Assim, a pobreza de milhares, no modo de produção capitalista, necessita ser analisada em conjunto com a abundância de riqueza acumulada de uma minoria, pois é isto o que caracteriza a contradição fundante deste sistema “Capital *versus* Trabalho”. Dessa forma, se faz essencial a luta conjunta da classe trabalhadores no processo de reivindicar melhorias de condições de existência, ainda que seja nos limites impostos pelo capital.

A pobreza enfim, só será superada a partir da revolução social e econômica, o que resultará na construção de um sistema societário mais justo e igualitário, sem

discriminação, de quaisquer formas que venham a interferir na dignidade humana, e onde a socialização da riqueza seja real. Por isso é tão importante que as lutas e mobilizações sociais da classe trabalhadora não se conformem com este sistema que só tem a oferecer profundas e inerentes desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; LIMA, Ricardo de. A Violência como Potência Econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. Cap. 9. p. 265-292.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 326 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 388 p.

LEÃO XIII, (papa). **Carta Encíclica Rerum Novarum**. 1891. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 3. p. 93-129.

MARX, Karl. **O Capital (Livro 1)**: Crítica da Economia Política. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1119 p. Tradução de: Rubens Enderle.

MARX, Karl. **Os Despossuídos**: Debates sobre a lei referente ao furto da madeira. São Paulo: Boitempo, 2017. 150 p. Tradução de: Daniel Bensaïd, Nélio Scheneider e Mariana Echalar.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 1. p. 21-57.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social, Pobreza e Serviço social: em defesa da perspectiva crítica. In: GOMES, Vera Lúcia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). **O Avesso dos Direitos**: Amazônia e nordeste em questão. Recife: Editora Universitária Ufpe, 2012. Cap. 1. p. 25-40.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: **Em Pauta**, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n. 19, 2007.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A previdência dos programas de transferência de renda**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 236 p.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. São Paulo: Cortêz, 2013. 320 p.

YASBEK. M. C. *Serviço Social e Pobreza*. Rev.katálysis vol.13 no.2 Florianópolis, 2010.